



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO DOIS

**ACTA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
REALIZADA NO DIA QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE. -----**

----- Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu no Auditório da Junta de Freguesia da Nogueira, sito na Rua do Calvário, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 15 de Janeiro de 2009 e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;** -

2. **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**

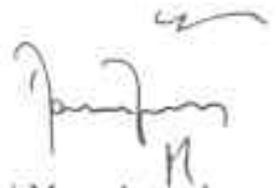
3. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- 3. 1. **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 6 E 7 DE 2008 E N.º 1 DE 2009.** -----

----- 3. 2. **INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO];** -----

----- 3. 3. **“CONSTITUIÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE UM FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO, INTEGRALMENTE SUBSCRITO PELO MUNICÍPIO, INTEGRANDO O IMÓVEL DESIGNADO DE PRACA MAIOR” – RELATÓRIO FINAL DAS PROPOSTAS** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, SENHOR LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes de uma forma especial à população da freguesia de Nogueira, local escolhido para a realização da reunião descentralizada da Assembleia Municipal. Agradeceu ao Executivo da Junta de Freguesia de Nogueira, de forma especial ao seu Presidente, Senhor Deputado Ilidio da Silva Carneiro, a cedência das magnificas instalações, bem como toda a logística e a disponibilização dos seus colaboradores para que a Sessão decorresse da melhor forma. Informou que se houvesse Cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, deveriam fazer a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Informou que o Senhor Deputado Elisio Cabral de Oliveira tinha apresentado a sua renúncia ao mandato para que fora eleito e para o seu lugar foi empossado o Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, que depois de identificado, tomou o lugar na sua Bancada. Informou também, que o Senhor Deputado Adélio André Pastor Grazina, da CDU, tinha pedido a suspensão do seu mandato por 240 dias, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva. Informou, ainda, que o Senhor Deputado António José Nogueira da Costa, da "Coligação Primeiro as Pessoas", tinha pedido a sua substituição para a presente Sessão, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia. Os documentos comprovativos do pedido de renúncia, da suspensão e substituição atrás referidos fazem parte integrante da acta como documentos **1, 2 e 3, respectivamente**. Verificadas as presenças constatou-se a ausência dos Senhores Deputados Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva e Rui Leandro Alves da Costa e ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia da Maia e de Gueifães, Carlos dos Santos Teixeira e António Alberto Anjos Monteiro, que se fizeram representar pelos seus Secretários, os senhores Mário Augusto da Costa Ramos e Francisco Lima Monteiro, respectivamente. Os documentos comprovativos desta substituição fazem parte integrante da acta como **documento 4 e 5**, respectivamente.



Perguntou se algum Senhor Deputado tinha algum documento para entregar à Mesa. Antes da abertura das inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, deu a palavra ao anfitrião, Senhor Ilídio da Silva Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, para dar uma saudação de Boas-vindas. -----

ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO, em nome do Executivo da Junta de Freguesia de Nogueira e de toda a população de Nogueira, deu as boas-vindas a todos, nas novas instalações da Junta de Freguesia. Manifestou o seu contentamento pela realização de uma Sessão da Assembleia Municipal na sua freguesia, tendo agradecido ao Senhor Presidente da Assembleia pelo facto de ter convidado a Junta de Freguesia para nela realizar o acto que se estava a iniciar. Reiterou a todos as boas-vindas com votos de que se sentissem bem numa freguesia que sabia receber os seus convidados. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO saudou o Desporto e os Atletas Maiatos com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**, no fim do qual apresentou e leu dois votos de louvor que fazem parte integrante da acta como **documentos 7 e 8**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES fez uma interpelação à Mesa pelo facto de não estar a ser cumprido o ponto número 1, do artigo 42.º do Regimento da Assembleia que refere a obrigatoriedade da Câmara Municipal estar representada nas Sessões da Assembleia Municipal pelo seu Presidente ou, no seu impedimento, pelo seu substituto legal. De facto, não havia qualquer representante do Executivo Municipal. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que a ausência do representante da Câmara Municipal não era razão impeditiva da realização das Sessões da Assembleia Municipal. Não obstante, fora informado que a Câmara Municipal estaria representada pelo seu Vice-Presidente que deveria estar a chegar ao Auditório. -----

----- Neste ponto dos trabalhos o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, entrou no auditório e tomou o seu lugar na Mesa, em representação do Senhor Presidente da Câmara. -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA, em nome do Bloco de Esquerda, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira a forma como foram recebidos na visita de trabalho que o BE tinha realizado, para se inteirarem de eventuais problemas existentes em Nogueira e qual o contributo que poderiam dar para os resolverem. O dia 25 de Abril de 1974 era uma data que lhe dizia muito e pelo seu significado ficará, para sempre, na História de Portugal como o Dia da Liberdade. Como Deputado da Assembleia Municipal nunca tinha comemorado esta data, uma vez que, no primeiro ano do seu mandato, o Município da Maia não tinha comemorado a data, no segundo ano, realizaram-se as comemorações, mas devido a um acidente, encontrava-se internado no hospital e no último ano, tinha participado de uma forma muito ténue. Esperava que antes do final do seu mandato, o Município da Maia pudesse comemorar, de forma condigna, esta data, pois, não o queria terminar sem ter uma parte activa nas suas comemorações. Leu, de seguida, a Moção "Solidários com os trabalhadores da Qimonda", que faz parte integrante da acta como **documento 9**. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES referiu que no Plano e Orçamento do Município tinha sido aprovado um pequeno aumento de 10% nos duodécimos destinados às Juntas de Freguesia. Apesar do seu pequeno significado, não poderia deixar de passar em claro esta situação - era uma satisfação para todos os Senhores Presidentes de Junta e era o cumprimento de uma promessa do Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao apelo solicitado na Assembleia Municipal, por ele próprio e por outros Senhores Deputados Municipais. Agradeceu o gesto que tinha muito significado, pois, com ele era dada às Juntas de Freguesia a sua real importância e com esse aumento, mesmo que diminuto, as Juntas de Freguesia poderiam ir um pouco mais longe no cumprimento da sua missão. Por tudo isto, reiterou o

agradecimento do gesto, do cumprimento de uma promessa e pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que transmitisse ao Senhor Presidente a sua gratidão. -----

ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA falou sobre cinco questões que considerou relevantes para a realidade maiata: o encerramento do serviço de Finanças em Águas Santas; a possível privatização do Aeroporto; o julgamento de três elementos do Movimento de Utentes dos Transportes dos concelhos servidos pelos STCP; o debate promovido pelo Instituto Cultural da Maia sobre o tema "Salazar estadista e na Intimidade" e sobre a actual crise social que o país atravessava, através da leitura do documento que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA falou de alguns problemas de salubridade pública e de acessibilidades através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS disse que iria fazer uma reflexão sobre um tema que deveria ser motivo de preocupação de todos: a crise económica, o desemprego e a crise social que o país vivia. Referiu factos que, há alguns anos eram impensáveis e hoje eram, lamentavelmente, uma realidade, nomeadamente o aparecimento na "sopa dos pobres" de pessoas da classe média e o caso de um cidadão julgado no Tribunal da Comarca da Feira que era acusado de ter assaltado oito dependências bancárias em desespero com as suas dívidas. O Juiz atenuara a sua pena, atendendo ao facto do cidadão ter cometido tais crimes, dos quais manifestara arrependimento, tendo justificado que os actos condenáveis por ele cometidos eram para arranjar a verba necessária para pagar as suas dívidas, razão pela qual assaltara oito dependências bancárias. O Governo e as Autarquias estavam a tomar medidas para atenuar a grave crise que o país atravessava, mas poderiam fazer mais e ir ainda mais longe, nomeadamente, através de apoios às empresas descapitalizadas e asfixiadas pelos impostos, através da criação de linha de crédito às famílias endividadadas, ou, ainda, através de um segundo Plano Mateus. Se não fossem tomadas medidas, o desemprego e as falências das empresas

iriam aumentar de forma galopante. Sobre o Investimento Público, disse que a solução passaria pela revitalização dos PER's e reparação de casas desagradadas e sem condições de habitabilidade que os seus moradores, por estarem endividados, não as podiam beneficiar; outra medida seria o investimento nas obras das Autarquias e algum investimento público. Com tudo isto, o Governo e as Autarquias iriam criar mais trabalho, um maior investimento e a diminuição do desemprego e da falência de empresas. A finalizar, manifestou o seu contentamento por verificar que o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Gemunde, a quem deu os parabéns, por ter conseguido, através da empresa Acor, material escolar para os alunos do ensino básico da sua freguesia. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES deu os parabéns aos atletas maiatos João Costa e Iris Mendes do Acro Clube da Maia e Inês Rodrigues do Clube de Karaté da Maia, pelos êxitos alcançados em competições internacionais e que era objecto dos Votos de Louvor apresentados e que o Partido Socialista, obviamente, apoiava. Concordou com as preocupações referidas pelos Senhores Deputados António da Costa Pereira e Luis Miguel Machado Dias, pois, as questões sociais deveriam ser o foco da atenção de todos e merecedores do apoio de todos os agentes nelas envolvidos: Governo, Autarquias, Instituições e Cidadãos. De seguida, falou sobre o poder local democrático e lamentou a não resposta a um pedido por ele formulado à Assembleia Municipal, no preterito dia 10 de Outubro, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 12**. Após a sua leitura, pediu à Mesa da Assembleia que solicitasse à Câmara Municipal informações sobre as apólices de seguros existentes na Câmara e SMAS, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 13**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu o Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes que há muitos anos fora o primeiro Presidente de Assembleia Municipal a publicamente manifestar o seu desacordo sobre os limitados poderes e sobre a forma de funcionamento do Órgão Assembleia Municipal. Esclareceu, ainda, o mesmo Senhor Deputado

que tinha muito mais experiência democrática que ele, e esclareceu-o que a Mesa da Assembleia e ele próprio nunca tinham deixado sem resposta qualquer assunto que lhes fosse proposto. O caso por ele referido, apesar de não se lembrar volvidos que foram quatro meses, certamente que, então, o deveria ter reenviado ao Senhor Presidente da Câmara, se a questão colocada fosse da sua competência. Informou-o que, no dia seguinte, iria verificar o que acontecera e do seu resultado dar-lhe-ia conta de imediato. Lamentou o teor do discurso, uma vez que os seus anos de democrata suplantavam largamente os do Senhor Deputado, que ainda tinha muito para aprender sobre democracia. -----

ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para junto da Câmara Municipal diligenciasse no sentido de dar uma maior atenção aos problemas sociais do Concelho. Como Presidente da Junta da Freguesia de Nogueira, dentro das suas limitadas possibilidades, dava os apoios sociais aos seus concidadãos. Além dos apoios sociais que a Câmara Municipal deveria dar, esta também deveria saber cumprir os investimentos inscritos no Orçamento de 2009 para a freguesia de Nogueira. Não os iria referir, uma vez que todos os agentes sabiam quais eram, porém, na qualidade de Presidente de Junta de Nogueira iria insistir junto da Câmara para que a maioria das obras programadas, das quais cerca de 80% protocoladas, fossem realizadas. Finalizou, lembrando a necessidade de resolver os problemas sociais e de “fazer obra”, pois era com obra que o país progredia e as pessoas tinham emprego. -----

JOANA MARTINS DOS SANTOS ASCENSÃO falou sobre a actividade da Comissão das Crianças e Jovens em Risco da Maia através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA lembrou que a realização da presente Sessão da Assembleia na Freguesia de Nogueira e aplaudida por todas as forças políticas, era o cumprimento de uma promessa eleitoral da Coligação “Primeiro as Pessoas”. Sobre as intervenções anteriores teceu as seguintes considerações: o Senhor Líder do Grupo

que tinha muito mais experiência democrática que ele, e esclareceu-o que a Mesa da Assembleia e ele próprio nunca tinham deixado sem resposta qualquer assunto que lhes fosse proposto. O caso por ele referido, apesar de não se lembrar volvidos que foram quatro meses, certamente que, então, o deveria ter reenviado ao Senhor Presidente da Câmara, se a questão colocada fosse da sua competência. Informou-o que, no dia seguinte, iria verificar o que acontecera e do seu resultado dar-lhe-ia conta de imediato. Lamentou o teor do discurso, uma vez que os seus anos de democrata suplantavam largamente os do Senhor Deputado, que ainda tinha muito para aprender sobre democracia. -----

ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara para junto da Câmara Municipal diligenciasse no sentido de dar uma maior atenção aos problemas sociais do Concelho. Como Presidente da Junta da Freguesia de Nogueira, dentro das suas limitadas possibilidades, dava os apoios sociais aos seus concidadãos. Além dos apoios sociais que a Câmara Municipal deveria dar, esta também deveria saber cumprir os investimentos inscritos no Orçamento de 2009 para a freguesia de Nogueira. Não os iria referir, uma vez que todos os agentes sabiam quais eram, porém, na qualidade de Presidente de Junta de Nogueira iria insistir junto da Câmara para que a maioria das obras programadas, das quais cerca de 80% protocoladas, fossem realizadas. Finalizou, lembrando a necessidade de resolver os problemas sociais e de “fazer obra”, pois era com obra que o país progredia e as pessoas tinham emprego. -----

JOANA MARTINS DOS SANTOS ASCENSÃO falou sobre a actividade da Comissão das Crianças e Jovens em Risco da Maia através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA lembrou que a realização da presente Sessão da Assembleia na Freguesia de Nogueira e aplaudida por todas as forças políticas, era o cumprimento de uma promessa eleitoral da Coligação “Primeiro as Pessoas”. Sobre as intervenções anteriores teceu as seguintes considerações: o Senhor Líder do Grupo

Parlamentar do Partido Socialista uma vez mais, através de expedientes, tentava beliscar a condução dos trabalhos da Mesa da Assembleia Municipal. Desta vez, o Senhor Deputado tinha ido longe demais ao tentar fazer um *lockout* democrático, que o mesmo PS tinha realizado de forma vergonhosa numa recente Sessão da Assembleia Metropolitana do Porto. O Senhor Deputado quis que os trabalhos fossem interrompidos por ausência do Executivo Municipal através de uma interpretação *sui generis* da Regimento. A Câmara deve fazer-se representar, obrigatoriamente, pelo seu Presidente, mas não era obrigatório que a Assembleia Municipal só poderia funcionar com a presença do Senhor Presidente da Câmara. O reforço do poder das Assembleias Municipais, defendido pelo Senhor Deputado, incluía a possibilidade de avaliar a actividade da Câmara Municipal. A impossibilidade da Assembleia Municipal não se poder realizar por ausência do Senhor Presidente da Câmara, defendida pelo mesmo Senhor Deputado poderia ser comparada à impossibilidade de um Tribunal não poder fazer um julgamento por ausência do réu. Esta tinha sido a primeira tentativa de boicote ao funcionamento normal da Assembleia Municipal. Não obstante, o Senhor Deputado não tinha ficado satisfeito com esta tentativa; por isso, tinha feito outra investida para se mostrar e poder ter protagonismo dentro da sua estrutura partidária. Para isso, tinha afirmado que o Partido Socialista através da sua pessoa tinha apresentado múltiplas propostas na Assembleia Municipal. Na realidade, o Senhor Deputado nunca tinha apresentado qualquer Proposta. Mais, o PS possivelmente deveria ser a única força política representada na Assembleia Municipal que nunca tinha apresentado qualquer Proposta. O Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes falou à margem e contrariando o que havia sido acordado sobre as Comemorações do 25 de Abril, anunciando vontades, e numa anterior Sessão, repetiu essas vontades. Acusou o PS de nunca ter apresentado qualquer proposta na Assembleia Municipal e nem sequer os Senhores Vereadores do PS também tinham apresentado qualquer Proposta na Câmara Municipal. O Senhor Deputado se desejasse apresentar uma Proposta deveria fazê-lo de acordo com o que estava regimentalmente estabelecido: entregá-la na Mesa, ser submetida

à votação a sua admissão; ser discutida e, no fim, ser posta à votação. Isto nunca tinha acontecido. O Senhor Deputado não só não apresentava Propostas como ia para os jornais afirmar que já as tinha apresentado, o que não era verdade. Acusou-o de ser um “superdeputado espião” por ter lido na Assembleia um relatório que nenhum outro Senhor Deputado Municipal conhecia, pois, se ele o conhecia, o seu acesso não tinha sido como Deputado Municipal. Esta atitude não era a melhor forma de dignificar a Assembleia Municipal. O momento próprio era na discussão da Prestação de Contas e do Relatório de Gestão do Município. Os problemas de cariz metropolitano era algo que o preocupava, por isso, subscrevia a proposta do BE sobre o encerramento da Qimonda; a gestão do Aeroporto Sá Carneiro e as preocupações sociais referidas pela CDU. Todos deveriam estar solidários em todos os assuntos de cariz metropolitano. A Junta Metropolitana do Porto era gerida por autarcas que, pelo facto de não assumirem as suas cores políticas, colocavam acima de tudo o interesse metropolitano. Graças a esta atitude fora possível conseguir muitos investimentos para a Área Metropolitana e de que era exemplo a Metro do Porto. Enquanto houve solidariedade entre os Autarcas de diferentes partidos, a Área Metropolitana do Porto teve êxitos nos seus investimentos. Lamentavelmente, essa solidariedade tinha sido quebrada, de uma forma mais notória entre os membros da Junta Metropolitana, Rui Rio e Guilherme Pinto, respectivamente, Presidentes das Câmara Municipais do Porto e de Matosinhos. As Linhas do Metro tinham sido acordadas e havia consenso entre todos os Autarcas, porém, o Governo da Nação resolveu intervir directamente na gestão da Empresa Metro do Porto ao colocar a Presidente Executivo uma personalidade por ele escolhida, excluindo uma que tinha dado provas de ser um excelente gestor. O novo Presidente Executivo, que ainda não tinha construído um único metro de Metro, tinha criticado o seu antecessor e defendido a criação de uma nova linha que passaria a ser a primeira circular dentro de um único Município. Os interesses da Empresa Metro eram metropolitanos e não exclusivos do Município de Matosinhos, que era claramente beneficiada, parecendo ser um “claro empurrão” da Senhora

Secretária de Estado dos Transportes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos. Não poderia, de forma alguma, aceitar que fosse construída uma circular para servir um único Município, em detrimento de uma outra que poderia servir três Municípios, que era o caso do prolongamento da Linha Amarela desde o Hospital de São João, no Porto, passando por São Mamede de Infesta e Matosinhos e até à Estação Parque Maia, no nosso Concelho. As preocupações dos Autarcas eram claras, pois parecia que o Governo desejava fazer a gestão da Empresa Metro por interesses partidários. Com esta atitude, o Governo tinha acabado com o espírito metropolitano do Porto. Era com profunda tristeza e preocupação que assistia a esta situação. Os Maiatos deveriam sair à rua para defender os seus legítimos interesses e expectativas contra uma medida do Governo que considerou, no mínimo, muito estranha.

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES pediu a palavra para usar o direito de resposta. Chamou a atenção o facto dos momentos de maior exaltação serem, normalmente, maus conselheiros. Isso tinha acontecido na presente Sessão por parte do Senhor Presidente da Mesa e na intervenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, ambas em resposta à sua intervenção. Apelou a uma maior serenidade no debate. Acusou o mesmo Senhor Deputado de, sistematicamente, abandonar a sala das sessões sempre que iniciava as suas intervenções e se escondia para o ouvir, atitude que considerou ridícula. Estes comportamentos conduziam a interpretações erradas às palavras proferidas. Iria abordar apenas três pontos. No primeiro, esclareceu que a presença do Senhor Presidente da Câmara nas sessões era para valorizar a Assembleia Municipal, uma vez que ao responder perante este Órgão Autárquico, significava ser um dos poucos actos de afirmação da importância da Assembleia Municipal. No segundo ponto, referiu-se à crítica do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, sobre a sua intervenção na última Sessão Solene evocativa do 25 de Abril, sobre a qual o mesmo Senhor Deputado tinha considerado que na Sessão Solene do 25 de Abril seria despropositado falar de questões sociais. Esta crítica

deixara-o "absolutamente espantado", pois, se no 25 de Abril não era oportuno apresentar sugestões na área social, não sabia qual seria o momento mais apropriado para o fazer. Lembrou que aquando da discussão do Orçamento, na rubrica do Fundo de Emergência Social, tinha apresentado, de facto, propostas de âmbito social, para serem debatidas de forma consensual. Como conhecedor da Lei, sabia que, por não haver discussão na especialidade da Proposta de Orçamento, não poderia apresentar propostas nesse sentido. Lembrou que a propósito do Fundo de Emergência Social havia afirmado que o mesmo deveria ser reforçado, e se houvesse vontade, tal seria possível, e com isso também seria possível tomar mais medidas sociais. Finalizou, chamando a atenção do Senhor Deputado para, de futuro, estar mais atento às suas intervenções para que não repetir os erros que acabara de cometer.-----

VÍTOR MIGUEL SILVA agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Nogueira a forma como tinha recebido a Assembleia Municipal para nela se realizar uma Sessão. Tinha ouvido referir que este edifício era a concretização de um sonho; ele próprio também tivera um sonho e que era a realização, no decurso deste mandato, de uma Sessão da Assembleia Municipal descentralizada na nova sede da Junta da sua Freguesia, Águas Santas. Manifestou a sua preocupação sobre as más condições do recinto desportivo da Escola do Ensino Básico da Picua. O piso estava muito degradado e enlameado sempre que chovia, não oferecendo condições de segurança para uma salutar prática desportiva. Além disso, o gradeamento envolvente, por ser muito baixo, facilitava que, em jogos de futebol, as bolas saltassem para a rua com muita frequência, o que colocava em sério risco de atropelamento as crianças. Apelou a intervenção da Câmara Municipal para eliminar esta situação de segurança. Outro problema de segurança relaciona-va-se com o Loteamento da Quinta da Picua, com a abertura do novo arruamento de acesso ao Cruzamento da Picua com a Rua Dom Afonso Henriques. No local, tinham sido colocados mecos para impedir o acesso, porém, alguns cidadãos, com um menor civismo, retiravam-nos para acederem ao novo arruamento. Apelou, também, ao Executivo Municipal para intervir antes que acontecesse um acidente mortal. Enalteceu três intervenções

anteriores: as dos Senhores Deputados Luis Miguel Machado Dias, Joana Martins dos Santos Ascenção e António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. Os dois primeiros, pelo teor e importância dos temas abordados, que deveriam merecer a atenção e preocupação de todos, independentemente da cor partidária de cada um; o terceiro, pelo facto de estar notoriamente doente, e mesmo assim com grande esforço e dedicação, foi notório que a sua intervenção por ter sido tão fraca, só se justificava pelo seu fraco estado de saúde. Desejou-lhe as melhoras. —

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES pediu desculpas por não se encontrar na sala quando tinha sido chamado para intervir. Foi obrigado a ausentar-se da sala, por um curto espaço de tempo, por razões urgentes e pessoais. Além disso, tivera o cuidado de verificar, antes de sair, que o Senhor Deputado Vitor Miguel da Silva inscrito antes dele, não tinha ainda usado da palavra, porém, a Mesa ao trocar a ordem de inscrição foi a razão da sua ausência quando tinha sido chamado para intervir. Da sua ausência, reiterou o pedido de desculpas e agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa ter permitido ser o último a intervir, o que considerou inédito o facto do último Deputado a usar da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, ser um Deputado do PS. Referiu que o PS estava solidário quanto esclareceu o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva que ele próprio e o PS colocavam os interesses da Maia acima de tudo. Para o provar, foi a solidariedade demonstrada na questão da introdução das portagens nas SCUT's do Grande Porto, uma atitude responsável e coerente na defesa dos interesses dos maiatos. Sobre o fim do espírito metropolitano referido pelo mesmo Senhor Deputado, deveria ser ele mesmo a promover a confluência de entendimento de interesses entre os Municipios do Porto e o de Vila Nova de Gaia. Sobre a questão do Metro do Porto, o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, na sua intervenção, tinha demonstrado que não conhecia o dossier. Ele próprio conhecia três personalidades que tinham um dominio incontestado do dossier Metro do Porto, que tinham proposto ao Governo que o prolongamento da linha Amarela até à Maia não deveria ser prioritário. Esta proposta não o deixava satisfeito. O estudo do Plano de Desenvolvimento

Estratégico, da autoria do Professor Paulo Pinho, que o Senhor Deputado considerava de excelência e que estivera na base da elaboração do PDM da Maia, rejeitava liminarmente, como obra prioritária, a construção do prolongamento da Linha Amarela até à Maia. A mesma posição era defendida por outros especialistas, nomeadamente o Professor Rio Fernandes e António Pérez Babo. Como maiato, não gostava desta posição, mas deveria acolher o parecer de especialista, mesmo que não fosse favorável. De seguida, falou sobre a poluição do Rio Leça, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 15**. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO pediu a palavra para apresentar um protesto e para dar dois esclarecimentos. Protestou contra o facto do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, do Partido Socialista, ter usado o expediente de, propositadamente, se ter ausentado da sala antes do início da sua prevista intervenção para poder ser o último a usar da palavra. O primeiro esclarecimento era para reafirmar que a posição do Professor Paulo Pinho era de que o prolongamento da Linha Amarela não era prioritário; porém, o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva tinha afirmado que devido à falta do espírito metropolitano, o prolongamento da Linha Amarela até à Maia estava seriamente comprometido. As preocupações ambientais eram uma prioridade que deveria ser de todos. Lamentou que só agora a Juventude Socialista se preocupasse com a poluição do Rio Leça. Tinha chegado demasiado tarde, pois, há muito que a despoluição do Rio Leça era objecto de um Plano de Despoluição, com várias parcerias na qual se incluía a Câmara da Maia. Referiu que há pouco tempo tinha assistido a uma sessão de esclarecimento, promovida pela Lipor e pela Câmara Municipal da Maia, na qual fora apresentado o plano em curso para a despoluição do Rio Leça, a montante e jusante da Maia. Quem tinha assistido ficara perfeitamente esclarecido sobre as intervenções em curso e sobre o empenho efectivo da Câmara da Maia para tornar o Rio Leça despoluído. Nessa Sessão, estiveram presentes alguns Deputados do PS, porém, o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres tinha primado pela ausência, o

que lamentou. Se assistisse, ficaria bem elucidado e a sua intervenção seria diferente da que acabara de proferir. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, pediu desculpa por não ter chegado no início dos trabalhos; porém, no percurso para a sala tinha sido abordado por uma senhora munícipe que provocara o seu atraso na chegada. Agradeceu as palavras do Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves sobre o aumento da dotação para as freguesias, concordou que 10% era pouco, mas tinha sido o valor possível a transferir pela Câmara. Sobre o encerramento da Repartição de Finanças em Águas Santas, referido pelo Senhor Deputado António da Costa Pereira, esclareceu que a Câmara Municipal da Maia tinha feito tudo o que lhe era possível fazer. O encerramento só era entendível por razões políticas do actual Governo, uma vez que o volume tributário da Repartição de Finanças de Águas Santas justificava o seu aumento e não o encerramento. Sobre o Aeroporto também era outra luta que a Câmara Municipal acompanhava de perto na defesa e salvaguarda dos interesses da Área Metropolitana e da Maia. Tinha anotado e iria pedir aos serviços competentes da Autarquia para resolverem as preocupações referidas pelo Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira. Referiu que nos locais por ele referidos já tinham sido objecto de várias intervenções da Câmara. Os prevaricadores ambientais não deveriam ser residentes na Maia, mas originários doutros concelhos que, a coberto da noite, faziam descargas de lixo nas bermas das estradas do nosso Concelho. Informou que iria mandar fazer a limpeza dos locais referidos e que a Rua de Pinhó iria ser intervencionada. Ao Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes disse que os bons resultados desportivos não eram da exclusiva responsabilidade dos atletas, treinadores, clubes e pais. O Senhor Deputado deveria ter-se esquecido que a Câmara Municipal da Maia tinha sido a grande precursora dos êxitos desportivos alcançados. Ao Senhor Deputado Ilídio da Silva Carneiro disse que a Câmara assumiria os seus compromissos. Sobre o adiamento da construção do prolongamento da Linha Amarela do Metro até à Maia, referido pelo Senhor Deputado António Fernando Gomes

de Oliveira Silva, disse que o Executivo Municipal estava atento e agiria no momento oportuno. A primeira fase da construção da nova sede da Junta de Freguesia de Águas Santas já estava concluída. Por ser um investimento grandioso, a sua conclusão não seria possível no actual mandato, pelo que o sonho do Senhor Deputado Vitor Miguel da Silva não se iria concretizar. Os problemas de segurança da Escola da Picua teriam de ser eliminados com o reforço em altura da vedação e a reparação do pavimento do recinto desportivo. Aproveitou para informar que a Câmara iria celebrar um protocolo com a Brisa o qual iria permitir, num futuro próximo, cerca de dois anos, a substituição da Escola da Granja por um novo edifício e um polidesportivo junto à Escola da Picua. À questão da retirada de mecos no novo arruamento de acesso ao Cruzamento da Picua com a Rua Dom Afonso Henriques, disse que era um problema de falta de civismo das pessoas. No local estava previsto a colocação de semáforos. Sobre a extensão da Linha Amarela do Metro, disse ao Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres que não havia desconexão entre a posição do Professor Paulo Pinho, autor do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia. O que existia era a questão de se saber se a extensão da Linha Amarela até à Maia era, ou não, prioritária em relação a outras. Era a opinião académica de um académico reputado e de um reconhecido planeador, mas que não era nem político para tomar decisões, nem gestor da Empresa Metro do Porto. Lembrou que a Assembleia da República tinha aprovado uma Lei para a construção da segunda fase da rede Metro do Porto na qual estava incluída a extensão. Esta Lei só poderia ser revogada com uma Lei de igual nível e não através de um qualquer Decreto-Lei, Portaria ou Protocolo. Sobre as críticas ambientais proferidas pelo Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres disse que não lhe reconhecia pergaminhos ou capacidade política para fazer as afirmações que acabara de verberar. As suas palavras revelavam ignorância e falar daquilo que não sabia. Sugeriu ao Senhor Deputado que estudasse mais, que percorresse mais vezes o vale do Rio Leça, que verificasse as infra-estruturas, os equipamentos, os programas e saber o que o Município da Maia tinha feito na defesa do

ambiente e do Rio Leça. O Município da Maia tinha obra feita e era líder na luta contra a despoluição do Rio Leça e ficava mal a um Senhor Deputado da Maia fazer afirmações descabidas, falsas e gratuitas o que era uma atitude reprovável. Desafiou-o a indicar-lhe se conhecia algum Município no país que, na defesa do ambiente, tivesse realizado tantas obras, tantos investimentos que se aproximasse dos da Maia. Certamente que não sabia, porque não havia. Por esta razão, recomendou-lhe mais contenção nas palavras. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão do Voto de Louvor aos atletas João Costa e Íris Mendes do Acro Clube da Maia, anteriormente lido e apresentado pelo Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, e que faz parte integrante da acta como documento 8. -----

----- O documento foi admitido por unanimidade. -----

----- Não houve intervenções para a sua discussão. -----

----- Posto à votação **foi aprovado por unanimidade.** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão do Voto de Louvor à atleta do Clube de Karaté da Maia, Inês Rodrigues. Por ser filha da Senhora Deputada Maria Luisa Dias Barreto, o Senhor Presidente da Assembleia dirigiu-lhe uma saudação especial pelo feito alcançado pela sua jovem filha. Este Voto de Louvor já tinha sido anteriormente lido e apresentado pelo Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro e faz parte integrante da acta como documento 7. -----

----- O documento foi admitido por unanimidade. -----

----- Não houve intervenções para a sua discussão. -----

----- Posto à votação **foi aprovado por unanimidade.** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão da Moção "Solidários com os trabalhadores da Qimonda", apresentada pelo Senhor Deputado Francisco Amorim Santos Baptista, e que faz parte integrante da acta como documento 9. -----

----- O documento foi admitido por unanimidade. -----

----- Não houve intervenções para a sua discussão. -----

----- Posto à votação foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

----- Nenhum Muncipe se inscreveu para usar da palavra. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 6 E 7 DE 2008 E N.º 1 DE 2009.** -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA que pediu, e foi aceite, a rectificação na acta número sete de dois termos usados na sua intervenção, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 16**. -

----- Postas à votação as actas números 6 e 7 de 2008 e número 1 de 2009 foram **aprovadas por unanimidade**. -----

----- **3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. I (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO**]. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- **3. 3. "CONSTITUIÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE UM FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO, INTEGRALMENTE SUBSCRITO PELO MUNICÍPIO, INTEGRANDO O IMÓVEL DESIGNADO DE PRACA MAIOR" – RELATÓRIO FINAL DAS PROPOSTAS**. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados; -----

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS acusou o Executivo Municipal de nos últimos usar e abusar do envio à Assembleia Municipal de propostas para a constituição, gestão e exploração de fundos especiais de investimentos imobiliários fechados. Apesar de toda a incerteza que pairava sobre o sector imobiliário, e sem uma expectativa das consequências da crise que o país atravessava, a Câmara Municipal utilizava esta solução como bóia de salvação, evidenciando, desta forma, a falta de rumo e de gestão integrada de despesismo, o urbanismo irresponsável e a política de show off que durante anos tinham sido a característica da actual Maioria. Apesar das dúvidas que se verificavam no sector imobiliário e colocando em segundo plano as questões relacionadas com a análise de oportunidades e a sua real aplicabilidade e viabilidade, o PS não poderia deixar de realçar o facto da Maioria, de uma forma oportunista, num ano eleitoral, apresentar a Proposta como uma solução para um projecto de visão futurista para um problema que não tinha dono. A solução apresentada para o imóvel designado Praça Maior visava resolver um problema que tinha um dono muito bem identificado e que era a Coligação PPD/PSD-CDS/PP. A Maioria apresentava a resolução de um problema muito antigo, que de tão antigo se tornava necessário um grande esforço para determinar a sua génese. A origem do problema era devida à megalomania dos responsáveis na gestão dos destinos do Município da Maia. Perguntou se todos se lembravam do grande projecto que iria tornar a Maia Capital do Desporto Olímpico. Então só faltara a apresentação da candidatura da Maia à realização dos Jogos Olímpicos. Lembrou que, nesse período, tinham sido gastos milhares de contos para oferecerem à Maia, localizado no centro estratégico da cidade, o esqueleto de uma potencial obra estratégica. Passados que foram os anos, o problema mantinha-se, apesar de outras tentativas frustradas, nomeadamente a solução através

do Grupo Iberotermas, curiosamente também apresentado no ano eleitoral. Lembrou que o PS desde a primeira hora tinha sido crítico, pois, estava ciente de que não era a melhor solução para o concelho. Hoje todos sabiam que o Partido Socialista era o senhor da razão. Actualmente, era colocada uma outra solução para um velho problema. O PS não deixaria de expressar as suas dúvidas sobre a solução para um novo problema, não fosse o seu histórico suficiente para validar as suas incertezas. Com todo o histórico, incertezas, soluções falhadas, erros e outros entretantos, permitiu-se apresentar duas notas: a primeira para baptizar o processo em análise e o edifício inacabado de Monumento à Incompetência e em segundo lugar apresentar uma legítima interrogação que era a seguinte: “Será que é desta?” Apesar da solução expressa, o PS teria de manifestar a sua incerteza perante o futuro, bem como fazer uma crítica ao oportunismo do período escolhido para a divulgação e apresentação da solução, que não tinha passado de ser um sonho irrealista. Todo o histórico reavivado, os avanços e recuos, apresentações megalómanas pelas quais a Praça Maior tinha passado e do qual restava um esqueleto, que outrora fora pretensiosamente designado de monumental, resultara no que já designara de Monumento à Incompetência. Apesar das dúvidas, o PS iria viabilizar a proposta apresentada, mas exprimia de forma clara que não iria pactuar com situações futuras, que tivessem como objectivo o eleitoralismo fácil, através da utilização de um processo que visava ter água, mas que até ao presente só tinha metido água. Fazia-o na defesa e salvaguarda de uma certa uniformidade das diferentes áreas envolventes, bem como os sucessivos processos de adiamento que os processos maiores iam sofrendo. Apesar da Câmara gostar de adjectivar alguns projectos, quer sejam Parques ou Praças, os sucessivos atrasos de execução eram demasiado evidentes, que era o caso do Parque Maior, sobre o qual questionou o

Executivo se o seu Capital Social já se encontrava constituído depois do último adiamento solicitado à Assembleia Municipal. Acreditava que o presente Fundo de Investimento Imobiliário, pela sua localização e atractividade, apesar da actual crise financeira, poderia ter uma maior receptividade e que poderia concretizar-se numa solução mais célere, sem recursos a consecutivos adiamentos. O PS considerava que a solução apresentada era do ponto de vista de financiamento e de engenharia financeira interessante, apesar de ser habitual o seu recurso para salvar financeiramente a Câmara dos elefantes brancos criados no passado. Quanto ao Fundo de Investimento Imobiliário seria interessante saber do Executivo quais eram os projectos práticos, possíveis e conhecidos que estavam por detrás do presente Fundo de Investimento, para além da mera questão financeira. O PS esperava e reconhecia que havia oportunidades para que a presente solução fosse definitiva para ultrapassar um problema que se arrastava a demasiado tempo; Resumiu: "Esperamos que seja desta". -----

ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 17. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 18. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA prescindiu do uso da palavra. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA prescindiu do uso da palavra.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que o ponto em análise era a discussão de uma adjudicação. As considerações referidas pelo Senhor Deputado Marco José Duarte Martins estavam descontextualizadas. O que se analisava eram as propostas que tinham sido apresentadas e se elas existiam, significavam que os candidatos as consideravam apelativas.

Manifestou a sua satisfação pelo voto favorável do Partido Socialista. Lembrou que a Câmara tinha manifestado uma grande ambição quando apresentou o projecto das Piscinas Olímpicas e a sua não conclusão foi provocada pela falta de financiamento do Governo Central, que tinha construído umas instalações desportivas semelhantes no Jamor, com o dinheiro do erário público, e o Norte e a Maia ficaram privadas de ter um local para a prática desportiva de alta competição na sua Região. Refutou o epíteto Hino à Incompetência, pois, na realidade era um Hino à Ambição e à vontade de realizar. Lembrou que havia muito poucos Municípios que tivessem um quarteirão com instalações desportivas iguais às da Maia. A ambição da Câmara era acabar a construção das Piscinas e se estas ficaram inacabadas foi porque o Governo Central não ajudou. A Câmara sempre desejou concluir a obra, tendo, inclusive, oferecido o espaço e a construção existente para o Governo a concluir, para permitir à Região Norte ter uma infra-estrutura, idêntica à do Jamor. Lembrou que a construção deste tipo de infra-estruturas era da competência do Governo Central, pelo que este deveria ter aceite a oferta, para bem do país e da Região Norte. No momento actual, a conjuntura nacional e internacional era de crise, porém, o Senhor Primeiro-Ministro afirmara que perante as dificuldades não deveríamos baixar os braços. A Maia estava a seguir o seu exemplo ao aceitar o desafio, pois, necessitava de um espaço que ainda não possuía. A Praça Maior seria esse espaço, um fórum de cidadania com locais de animação, lazer, diversão, restauração e esplanadas. Este espaço não pesava no orçamento municipal e a ser concretizado todos deveriam estar de parabéns. Sobre a questão sobre o Capital Social colocada pelo Senhor Deputado Marco José Duarte Martins, apesar de não fazer parte do ponto em análise, informou a Assembleia que, devido à crise actual, o parceiro espanhol tinha solicitado na

2

reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de Outubro de 2008, na qual tinha sido decidido reformular o plano director do projecto, que no passado dia 21 de Janeiro tinha sido presente numa reunião do Conselho de Administração que aprovara a prorrogação do prazo da realização do Capital Social em falta, por parte da parceria espanhola, no valor de um milhão de euros, de um total de dois milhões e meio de euros, para uma data limite de 30 de Junho do ano de 2010. Este adiamento de cerca de dezoito meses, não causava qualquer constrangimento ao desenvolvimento do projecto, uma vez que não necessitava da realização desse Capital. A decisão do Conselho de Administração seria presente para homologação numa Assembleia-Geral do Parque Maior, a realizar, e só então o Senhor Presidente da Câmara daria conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria** com um voto contra do Senhor Deputado da CDU, duas abstenções dos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda e os votos favoráveis dos restantes Senhores Deputados. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou que a Senhora Deputada Joana Martins dos Santos Ascensão, na qualidade de membro da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Maia, tinha feito um convite para uma visita à Instituição. Essa visita iria ser programada e planificada, em princípio a um sábado. Oportunamente os Senhores Deputados seriam avisados da data da sua realização. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

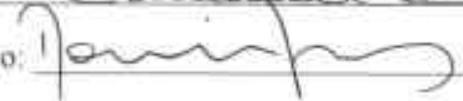
----- E sendo uma hora e cinco minutos do dia cinco de Fevereiro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada

pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal Luciano da Silva Gomes, pelo

1.º Secretário Domingos de Jesus e Sousa e pela 2.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa

Almeida Rebelo Maia. _____

O Presidente:  _____

O 1.º Secretário:  _____

A 2.ª Secretária: _____

Respeito
Boas-vindas de
cordialidade,
16/1/07

Assembleia Municipal de
Maia

Entrada nº 10

Em 15/01/07



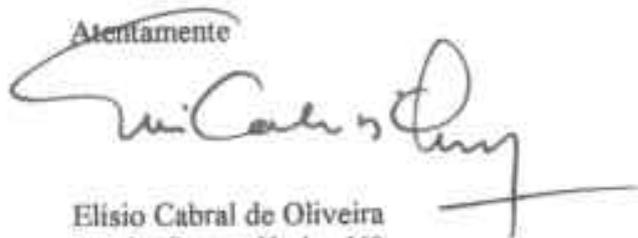
Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Maia

Exmo. Senhor,

Como V. Exa. vem constatando, as minhas novas funções não me têm permitido acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal com a necessária assiduidade. Os principais motivos são a distância - trabalho em Lisboa -, os dias fixados para as Assembleias, meio da semana, e problemas associados à minha saúde. Mantém-se, assim, os motivos que já me levaram a suspender o mandato até ao início do ano passado.

Assim, sentindo que, honestamente, não posso dar o contributo que a Assembleia deve exigir aos seus membros neste ano particularmente difícil venho, respeitosamente, junto de V. Exa., renunciar ao mandato para o qual fui eleito. Sem outro assunto de momento, creia-me com a mais elevada consideração,

Atentamente



Elisio Cabral de Oliveira
Rua dos Campos Verdes, 168
4470-579 Maia

Maia, 7 de Janeiro de 2007

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 13

Em 26/01/09

*Comunidade
de freguesia, junta da
C.M. 26/1/09*

Maia, 26 de Janeiro de 2009



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Pelo facto de continuar ausente do concelho da Maia, por motivos profissionais, venho pela presente e ao abrigo do artigo nono do regimento em vigor, solicitar a suspensão do meu mandato pelo período de 240 dias.

Aproveito a oportunidade para endereçar a V. Exa. e a todos os elementos da Assembleia os meus mais sinceros cumprimentos e votos de bom trabalho.

Atentamente,



De:
António José Neves Nogueira da Costa
Rua de Paredes, 714
S. Pedro de Avioso
4475 - 716 MAIA

Caro Sr. Presidente
mit
2/2/09

ADMINISTRAÇÃO Municipal da
Maia
C/ Av. de Recepção nº 14
Em 02/02/09

Registada
C/ Av. de Recepção

[Handwritten signature]

Maia, 2009/01/29

Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Pç. Dr. José Vieira de Carvalho
4474 - 006 MAIA

Ex.mo Sr. Presidente:

Uma vez que no próximo dia 4/2 me encontro em serviço profissional fora da Maia, não me é possível comparecer à 1ª Sessão Ordinária da Assembleia de 2009, pelo que requiro a minha substituição.

Pelo que, lamentando a falta espero que seja relevada a mesma esperando uns lúcidos e ótimos trabalhos.

Com os meus melhores cumprimentos

Atentamente e ao dispôr,

[Handwritten signature]



Freguesia da Maia
Município da Maia

Doc. 4

Ex.mo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-220 MAIA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
----------------	--------------------	------------------	------

2009/57

04/02/2009

Assunto: 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal - 2009
Substituição

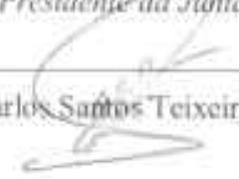
Ex.mo Senhor Presidente

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que, por me encontrar ausente do Município, não poderei participar na 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que se realiza hoje 4 de Fevereiro de 2009.

Por este motivo faço representar-me pelo Vogal Substituto, Mário Augusto Costa Ramos.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,



(Carlos Santos Teixeira)



**JUNTA DE FREGUESIA DE GUEIFÃES
CONCELHO DA MAIA**

Duc. 5
2
P
9

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DA MAIA

Gueifães, 04 de Fevereiro de 2009

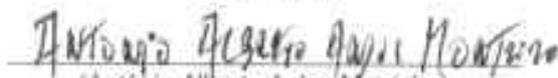
Exmo. Senhor Presidente,

Os meus melhores cumprimentos,

Em conformidade com a alínea c), do n.º 1, do art.º 38º, da Lei 169/99, de 18/09, informo V. Exa., que estará presente na sessão da Assembleia Municipal da Maia, a realizar no dia 04 do corrente, o Senhor Francisco Lima Monteiro, Secretário da Junta de Freguesia de Gueifães, que por meu impedimento, é o Substituto por mim designado.

Sem outro assunto de momento, apresento a V. Exa., as minhas cordiais saudações Autárquicas

O Presidente


(António Alberto Anjos Monteiro)

Doc-6

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Luciano Gomes,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Bragança Fernandes

Exmos. Srs. Secretários

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia

Exmos. Srs. membros da comunicação social

Caro Público,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A minha primeira palavra é para agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Sr. Ilídio Carneiro por acolher esta Assembleia Municipal na sede da Junta de Freguesia de Nogueira, inaugurada no ano passado e que de facto é uma grande obra que está ao serviço da população de Nogueira e do Concelho. Bem-haja à Junta de Freguesia na pessoa do seu Presidente da Junta de Freguesia e, também à Câmara Municipal da Maia que tornaram um sonho realidade.

A minha segunda palavra é para saudar o Desporto e os atletas Maiatos, ^{de freguesia de Nogueira} Recentemente mais uma página foi escrita a prata e bronze na história do Desporto do Concelho.

A Prata dos Jovens João Costa e Inês Mendes que no Campeonato do Mundo de Ginástica Acrobática realizada em Glasgow no passado mês de Outubro obtiveram o 2º lugar em Pares Mistos na categoria de 11-16 anos. A eles, ao Acro Clube da Maia, pais, técnicos e dirigentes endereço daqui os meus Parabéns, bem como aos restantes oito atletas maiatos que obtiveram importantes resultados nesta importante competição.

No passado final de semana, em Paris, nos Campeonatos da Europa de Karaté na categoria de Kumité Júnior Feminino + 59 Kg a atleta Maiata Inês Rodrigues conquistou a medalha de bronze. Também a Inês, o Clube de Karaté da Maia, os pais, técnicos, dirigentes e aos outros dois atletas do CKM, Gonçalo Pinto em Kumité Juniores Masculinos - 68 Kg e Vitor Silva em Kumité Sub-21 Masculinos, bem como a Catarina Santos atleta Maiata ao serviço do AGP que atingiu o 4º lugar em Kumité Júnior Feminino – 59 Kg os meus Parabéns.

Estes resultados, estou seguro, são fruto de muito trabalho e dedicação em primeiro lugar dos atletas, dos técnicos e dirigentes e do apoio das famílias, de forma particular os seus pais e, como tal, o Grupo Parlamentar PRIMEIRO AS PESSOAS apresenta aqui, hoje, Votos de Louvor a estes atletas pelos resultados atingidos em competições internacionais de elevado nível como são os três primeiros lugares de campeonatos de Europa e do Mundo.

Não posso deixar de salientar o ecletismo do desporto praticado pelos jovens no nosso Concelho. Modalidades como a Ginástica Acrobática e o Karaté a par do atletismo, andebol, basquetebol, voleibol, futebol, etc. são praticadas no Concelho pois, em seu devido tempo, a Câmara Municipal soube construir as infra-estruturas necessárias e apoiar o desporto praticado por jovens de diversas formas, seja nos apoios financeiros à formação efectuada pelos clubes e colectividades nos escalões de formação, seja pelo pagamento das taxas de inscrição dos jovens, seja pelas parcerias que realiza com os clubes para a aquisição de viaturas compartilhando-as, seja inclusive com apoios financeiros aos atletas.

Esta a política de Desporto da Câmara Municipal da Maia. Maia Capital do Desporto não é apenas um slogan. É, sim, uma realidade pois são milhares os jovens e menos jovens que diariamente praticam desporto nas infra-estruturas municipais. Na Maia o Desporto é para todos.

Como tal, além do orgulho de assistir ao sucesso de jovens Maiatos em importantes competições internacionais considero, também, que é de inteira justiça salientar a importante parcela que a Câmara Municipal e a política que tem desenvolvido em prol do Desporto têm nestes êxitos.

Passo a ler os Votos de Louvor que solicito à Mesa que coloque à votação desta assembleia.

Disse.

Maia, Assembleia Municipal, 17 de Dezembro de 2008.

Grupo Parlamentar "Primeiro as Pessoas" PPD/PSD – CDS/PP



Du. 7
[Handwritten signature]

VOTO DE LOUVOR

Ao conquistar, no 36º Campeonato da Europa de Karaté de Cadetes e Juniores e 1º Campeonato da Europa de Karaté Sub-21 realizado entre 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro do corrente ano na Cidade de Paris em França, a MEDALHA DE BRONZE – referente ao 3º LUGAR na categoria de KUMITE Júnior Feminino + 59Kg, INÊS RODRIGUES, jovem atleta Maiata do CLUBE DE KARATÉ DA MAIA conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional e Internacional.

Com estes resultados, a jovem INÊS, ajudou a projectar, ainda mais, o nome da Maia quer Nacional quer Internacionalmente, justificando, por isso, o nome de “Maia-Capital do Desporto”, granjeando o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 1ª Sessão Ordinária realizada a 04 de Fevereiro de 2009, apresenta a INÊS RODRIGUES um VOTO DE LOUVOR extensivo a todos quantos a ajudaram a alcançar tal feito desportivo, PAIS e TÉCNICOS, que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços de Concelho, 04 de Fevereiro de 2009

O Grupo Parlamentar da Coligação PPD-PSD/CDS-PP
“Primeiro as Pessoas”

Rui Formosinho



VOTO DE LOUVOR

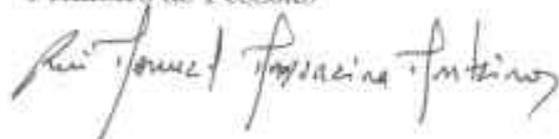
Ao conquistar, no 21º Campeonato do Mundo de Ginástica Acrobática e 5º Campeonato do Mundo por Grupos de Idades realizado entre 3 e 12 de Outubro de 2008 na Cidade de Glasgow na Escócia, a MEDALHA DE PRATA – referente ao 2º LUGAR em PAR MISTO 11-16 anos, JOÃO COSTA e ÍRIS MENDES, jovens atletas Maiatos do ACRO CLUBE DA MAIA conseguiram, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional e Internacional.

Com estes resultados, os jovens JOÃO e ÍRIS, ajudaram a projectar, ainda mais, o nome da Maia quer Nacional quer Internacionalmente, justificando, por isso, o nome de "Maia-Capital do Desporto", granjeando o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 1ª Sessão Ordinária realizada a 04 de Fevereiro de 2009, apresenta a ÍRIS MENDES e JOÃO COSTA um VOTO DE LOUVOR extensivo a todos quantos os ajudaram a alcançar tal feito desportivo, PAIS e TÉCNICOS, que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços de Concelho, 04 de Fevereiro de 2009

O Grupo Parlamentar da Coligação PPD-PSD/CDS-PP
"Primeiro as Pessoas"





Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal da Maia

Handwritten initials and marks.

Doc. 9

*aprovada por unanimidade
4/2/09*

Moção

Solidários com os trabalhadores da Qimonda

O desemprego registado na Maia (que já é superior a 7%) está a ser agravado pela crise económica e social que decorre do actual modo de acumulação capitalista. Na Qimonda, a maior exportadora nacional (mais de 6 milhões de euros/dia), os trabalhadores (entre os quais muitos residentes no concelho da Maia) estão a atravessar uma situação de grande incerteza quanto ao desfecho do anunciado processo de insolvência desta multinacional. Toda a Área Metropolitana do Porto sofrerá dramaticamente se vier a ocorrer o desemprego dos mais de 1.000 trabalhadores da Qimonda. Aliás, tem que dizer-se que as qualificações e o empenhamento dos trabalhadores (em muitos casos em laboração com turnos de 12 horas) tornaram a unidade de Vila do Conde como uma das mais produtivas a nível mundial, desfazendo assim a imagem que alguns empresários insistem em difundir dos trabalhadores portugueses como “improdutivos”.

Uma autarquia como a da Maia não pode ficar indiferente ao desemprego, à precariedade e à gravíssima situação social que se vive na região.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 4 de Fevereiro de 2009, exprime a sua solidariedade com os trabalhadores da Qimonda e com todos os desempregados do concelho, e insiste na necessidade de o governo e demais instituições com responsabilidades nesta área, accionarem medidas de emergência social para combater a crise económica que afecta dezenas de milhares de pessoas no concelho da Maia.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Handwritten signature and date: 19 de Fevereiro de 2009

300e.10
Sr. Presidente J. F. Inocêncio
Hélio Carneiro



Intervenção dos Deputados Municipais da Coligação Democrática Unitária

Para o período antes da ordem do dia, a CDU traz a esta Assembleia cinco questões relevantes para a realidade maiata que pretendemos não ver esquecidas, no quadro da discussão política local.

Em primeiro lugar, tal como se vinha prevendo há alguns meses, foi encerrada a repartição das finanças de Águas Santas. Deste modo, o município da Maia, um dos que, no plano nacional, mais cresceu em população nas duas últimas décadas, passa a contar com uma repartição apenas. Este é um facto que se lamenta. Aqui, como noutras questões, está patente o reverso da moeda do discurso oficial dos índices de desenvolvimento, da qualidade de vida, etc. No pouco tempo decorrido, em que funciona apenas uma repartição no município, é já possível

verificar o aumento da afluência e o aumento dos períodos de espera. O resto é sabido: mais pessoas que, ~~estão~~ faltam ao emprego, maior complexidade da máquina burocrática cada vez mais eficiente – diz o palavreado oficial, do qual respeitosa-mente duvidamos – mas, e independentemente disso, cada vez mais afastada da generalidade dos cidadãos que pretendem tão somente ver as suas questões resolvidas de modo rápido e eficiente. A CDU lamenta profundamente o desvario centralista deste governo que a todos nos afecta negativamente.

Outra questão que não podemos deixar passar em claro, e que liga directamente o nosso município a uma das mais importantes infra-estruturas de que dispomos: o aeroporto e, mais concretamente a sua gestão e possível privatização da ANA. Nos últimos tempos, várias são as figuras de maior ou menor predominância regional, entidades públicas e privadas, a manifestarem publicamente opiniões no sentido da alteração da gestão do aeroporto, alguns mesmo disponibilizando-se para tal tarefa, tudo, ~~em nome~~, em nome da “defesa do Norte”, da “expansão e influência do aeroporto” e outras patacoadas afins. Em tudo isto parece ser ponto assente, o seguinte: a privatização e desestruturação da ANA. Como habitualmente, esta discussão é feita a partir da premissa – errada – que tal privatização é um facto consumado, ~~que não pode ser questionado~~. Este acto de fé merece ser questionado. Para quem não sabe, assim como, para quem finge não saber, é

importante repetir que a ANA é uma empresa estratégica e rentável. A sua privatização, sob vários aspectos, é uma decisão lesiva para os interesses nacionais, seja na perspectiva puramente financeira, seja na óptica do desenvolvimento harmonioso de Portugal. Além disto, ou seja, além do óbvio, não deixa de ser curioso que, em período de crise profunda, quando os mercados se encontram numa conjuntura desfavorável como há muito não há memória, se entenda que é chegada a hora do Estado se desfazer de uma empresa lucrativa. Dirá o povo que não lembra ao diabo. ~~que não~~ ^{MAS SIM} só ao capital e aos seus servidores. Gostaríamos nós de confiar que o governo ~~de não~~ ^{P.S.} não se lançará em tal aventura, porém, conhecendo as práticas de privatizar o que dá lucro e nacionalizar o que dá prejuízo, vimos a esta Assembleia perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se o seu executivo tem opinião sobre este assunto, qual é e perguntar, por fim, se está interessado em defender os interesses do município, da região e do país.

A terceira questão que aqui trazemos prende-se com o julgamento de três elementos do MUFAMP – Movimento de Utentes dos Transportes da Área Metropolitana do Porto. Este movimento, como é do conhecimento de todos os presentes nesta sala, reúne pessoas dos concelhos servidos pelos STCP e que, nos últimos anos, viram os serviços desta empresa reduzidos, causando inúmeros prejuízos à população, nomeadamente a trabalhadores, estudantes e reformados que utilizavam o autocarro

como meio de transporte privilegiado, e por vezes único, para se deslocarem. Esta Assembleia e a Câmara receberam já elementos daquele grupo e escutaram os motivos da sua luta, as dificuldades sentidas, a frustração de serem ostensivamente ignorados pelos órgãos gestores dos STCP. Aqui se escutaram aqueles e outros argumentos, lhes foi dada a razão, manifestada solidariedade. Senhoras e senhores deputados: estamos preocupados. Estamos profundamente preocupados. Os senhores Carlos Pinto, André Dias e Norberto Alves, cidadãos portugueses que entenderam responder a uma injustiça clamorosa pelos meios correctos, tal como consta da Constituição da República Portuguesa, em nome do movimento de que são parte, dirigiram-se respeitosamente à Sra. Governadora Civil para entregarem um documento, fazendo eco das reivindicações dos utentes dos transportes públicos. Não houve cortes de estrada. Não houve carros incendiados. Não houve bombas explodidas. Não houve balas disparadas. Apenas o cumprimento de um direito, de acordo com as regras mais elementares da democracia e do bom senso. A resposta a isto foi um processo em tribunal, uma atitude pusilânime de quem, do alto do seu trono de poder, esquece que o poder vem do povo, se exerce para o povo, em nome do povo. Nunca, mas nunca contra o povo! Naquele dia a Governadora Civil decidiu retaliar politicamente porque alguém entendeu assobiar o senhor primeiro-ministro de Portugal, o que, agora sabemos, pode dar processo judicial. O ridículo da situação vai ao ponto de, em

Handwritten initials and a flourish in the top right corner.

plena audiência no tribunal, o Sr. Comissário da Polícia reconhecer que nada de errado aconteceu. Só que não se trata apenas de ridículo. Trata-se de um conjunto de tiques autoritários que se vêm repetindo demasiadas vezes. O poder autárquico da Maia já antes se manifestou solidário com a luta dos cidadãos que compõem o MUT da Maia. A CDU faz aqui o apelo para que não se deixe cair no esquecimento uma injustiça perpetrada pelo abuso do poder: esse é um dos maiores cancros da democracia.

X Por falar em cancros da democracia, o Instituto Cultural da Maia promoveu um debate sobre o tema “Salazar estadista e na intimidade”. Fosse esta mais uma das múltiplas iniciativas, visando a “reconstituição da verdade” sobre essa figura “incontornável” do último século da história portuguesa, e não nos ocuparia muito a mente. Entretanto é facto que muitas dessas iniciativas – biografias e fotobiografias, filmes, bandas-desenhadas, até à tentativa de lhe erguerem um museu (mais propriamente, um santuário), ou ainda o badalado concurso do “maior português”, não escondem, em muitos casos, o objectivo de branquear a maior ditadura fascista da história europeia. O tema e a linguagem utilizados no debate em questão não deixam margens para grandes dúvidas de que a *estória* da “intimidade” do ditador caminha precisamente nesse sentido.

Porém, o que verdadeiramente nos leva a abordar esta questão, nos inquieta e merece o nosso repúdio, é o facto de um vereador da Câmara, o vereador da cultura, apesar de não



anunciado publicamente, participar com uma intervenção que excedeu largamente o seu papel de moderador. A caracterização do ditador como um “pluralista autoritário” e outras classificações no mesmo tom sinistro, arrepiam quem como nós (e eu falo em nome da minha experiência pessoal) vivemos o fascismo liderado pela salazarenta figura. A crueldade imanente a 48 anos de ditadura, repressão das liberdades de expressão, reunião, manifestação e associação; com proibição de partidos políticos, de liberdade sindical, do direito à greve; de censura e repressão (6 milhões de portugueses tinham ficha na PIDE – só entre 1932 e 1951 foram registadas 20552 prisões políticas – de perseguições e torturas; de 13 anos de guerras coloniais com 10000 mortos e 30000 feridos, apenas entre portugueses; de feroz exploração dos trabalhadores; de profundo atraso económico, social e cultural, do qual sentimos ainda hoje sequelas. O senhor vereador da cultura da Maia deveria ter recordado como o ditador, ou como o senhor vereador prefere dizer, o “cultor da simplicidade”, quando rapinou todo o poder, decidiu diminuir a escolaridade obrigatória; como perseguiu vultos da cultura nacional tais como o músico Fernando Lopes Graça, os escritores Óscar Lopes e Aquilino Ribeiro, e promoveu assassinatos como o do pintor Dias Coelho e o General Humberto Delgado, isto para citar alguns poucos exemplos.

Não se pode branquear o fascismo em Portugal nem tão pouco o seu maior protagonista.

Por fim, uma palavra para a situação social presente. A crise social está aí, senhores deputados. Todos os dados apontam para o aumento do desemprego, a diminuição do poder de compra para a generalidade dos que vivem do seu trabalho ou de pensões de reforma; o fecho diário de empresas é hoje uma realidade banalizada em Portugal. A Maia não passará ao lado destes problemas. Todavia, é importante lembrar que a crise não é para todos. Basta recordarmos que os 9 maiores grupos económicos nacionais, nos primeiros 9 meses do ano transacto, apresentaram lucros na ordem dos 4000 milhões de euros. Veja-se o caso da EDP e da REN que, apesar dos 1048 milhões de euros em lucros no período referenciado, não tiveram pejo em impor aumentos superiores a 5% para o corrente ano. É necessário, é urgente reclamar junto de quem governa que defenda o sector produtivo português, que defenda o trabalho com direitos, que não contribua para a perpetuação da miséria, pela degradação de salários e pensões. Face à situação complicada que vivemos e à situação dramática de milhares de famílias portuguesas, é necessário que os representantes dos cidadãos se façam escutar, especialmente num momento como este que atravessamos, em que se procura impor o desânimo e a resignação. O quadro social na nossa região é, no mínimo preocupante. Apesar dos índices de poder de compra no nosso município serem superiores à média regional, não podemos cair na ilusão de que vivemos numa ilha. Sem mudanças efectivas na política nacional, continuaremos a

palmilhar o caminho da pobreza e da mediocridade. É tempo de todos dizermos basta.



Maia, 4 de Fevereiro de 2009

Os Deputados Municipais da CDU

António da Costa Pereira

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa.
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhor Presidente da Junta de Nogueira, a quem saúdo
Senhores Vereadores.
Caros colegas.

Quando a Câmara Municipal resolveu, e muito bem, mandar construir os ecocentros, nos anos seguintes foi também criada a Empresa Municipal Maiambiente que tem feito um trabalho muito meritório na recolha domiciliária.

Nessa mesma altura houve uma grande campanha para acabar com as lixeiras, na ocasião e nestas circunstâncias, houve algum sucesso, no entanto elas, lixeiras, voltaram a aparecer nos locais mais escondidos, refiro-me mais concretamente aos seguintes:

Rua que vai de Leandro a Sampaio,

Rua Moinho de Trigo;

Ruas adjacentes ao Maiashopping – zonas, essas muito escondidas.
Caso seja necessário coloco-me à disposição da Câmara para sua localização.

Outro Assunto:

Como o senhor Presidente da Câmara sabe, a Rua do Pinhô, foi cortada pela Auto-estrada. Entretanto a parte nascente foi também esquecida pela Câmara, é uma rua de terra batida que devido ao seu mau estado os seus moradores sentem grande dificuldade na sua utilização.

Dos factos solicito uma boa atenção.

Águas Santas, 4 de Fevereiro de 2009

Aridio Teixeira.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO
SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Deputados Municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

Doc. 12
H
H

1. O poder local democrático tem enormes potencialidades. Desde logo pela sua proximidade à vida dos cidadãos. E, depois, pela funções alargadas e pelos novos meios financeiros que foi assumido na democracia portuguesa. Mas o poder autárquico foi também acumulando problemas, que tendem a ser unanimemente reconhecidos. Destaco, neste momento, os seguintes:

- a sua pouca renovação política;
- a insuficiente responsabilidade financeira;
- a multiplicação de entidades de administração indirecta, com pouco controlo político;
- a relativa opacidade da administração autárquica, em domínios como o do recrutamento do pessoal, o do licenciamento e apoio a iniciativas privadas e o da contratação da aquisição de bens e serviços;
- as condições limitadas para o controlo local do poder autárquico.

2. Para resolver estes problemas, a actual maioria governamental tomou já medidas importantes. Sublinho as seguintes:

- a limitação dos mandatos dos presidentes dos executivos
- o fim de alguns privilégios nos regimes de pensões e acumulações dos autarcas;
- a maior responsabilização financeira das autarquias, designadamente com a nova LFL;
- finalmente, lançou propostas para uma nova configuração do governo local – as quais só não se concretizaram por recuo do PSD – , que procuram clarificar o papel da oposição e alargar as possibilidades fiscalizadoras das assembleias locais.

3. É lamentável evidentemente que, em consequência da falta de rumo político claro do PSD nacional, não se tenha ainda avançado com esse reforço do papel fiscalizador das

Assembleias Municipais, indispensável para a dignificação e a responsabilização política deste órgão deliberativo. E, claro, é impensável que seja a própria Assembleia Municipal e, especialmente, a Mesa que a dirige, a procurar limitar ou dificultar as já de si frágeis competências fiscalizadoras dos deputados municipais, atribuídas pela lei e, por isso, vertidas no Artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

4. É o que parece estar a acontecer nesta AMM. Com efeito, no dia 10 de Outubro de 2008, solicitei, através da Mesa da AMM, um pedido de informação ao presidente da CMM, em que, considerando as "constatações que estão expressas no "Relatório complementar sobre a revisão às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2007", apresentado ao executivo maiato pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Esteves & Pinho, designadamente no seu ponto 1.1.", onde se critica nomeadamente os procedimentos relacionados com as "obras a mais", solicitava as seguintes informações:

1. Lista de aquisições por ajuste directo relacionadas com obras a mais nos Processos n.º 2002/330 (Parque da Cidade) e 2002/2007 (Complexo Desportivo de Pedras Rubras).
2. Cópias dos relatórios de análise de propostas relativas às aquisições referidas no ponto anterior.
3. Indicação de medidas já tomadas para colmatar as deficiências sugeridas naquele relatório relativamente aos procedimentos de aquisição por ajuste directo.

5. Quase quatro meses depois, continuo sem receber quaisquer repostas a este pedido de informação, nem tão pouco nenhuma justificação para este atraso. Não sei se trata de um caso de incompetência ou de má fé política. Sei que não é a primeira vez que situações similares se verificam nesta AMM e sei que estes atropelos às funções dos deputados municipais são totalmente inaceitáveis.

6. Não pensem, nunca, que nos vencem pelo cansaço. É por isso que não só reitero este pedido de informação, como aproveito para solicitar um outro, atendendo a que aquele mesmo relatório:

1. Declara a existência de falhas quanto à revisão/análise seguros realizados pela CMM, com a periodicidade desejável e com as coberturas face aos riscos existentes.
2. Sublinha que tal situação pode conduzir tanto à insuficiente salvaguarda dos activos camarários como ao pagamento de prémios desnecessários, se o valor dos bens segurados for superior às coberturas previstas ou as apólices preverem riscos inexistentes ou desnecessários.

3. Lamenta que, apesar de solicitada, não tenha sido obtida "uma listagem pormenorizada que evidencie as coberturas de seguros existentes no Município e nos SMEAS com o seu património (p.e. identificação dos bens por local de risco; valor desses bens; apólice; capital seguro; prémio pago; período coberto; etc.)".

Vou, ao abrigo das competências atribuídas por lei aos deputados municipais, solicitar ao Presidente da CMM:

1. A listagem pormenorizada que evidencie as coberturas de seguros existentes no Município e nos SMEAS com o seu património (esclarecendo designadamente a identificação dos bens por local de risco; valor desses bens; apólice; capital seguro; prémio pago; período coberto)
2. A elucidação de empresas e de mediadores de seguros envolvidos nestes contratos.

Continuo a acreditar que todos os senhores deputados da AMM partilham da vontade de ver valorizado o papel político que aqui desempenhamos. É por isso que estou certo que me acompanharão na exigência de que estes pedidos de informação sejam rapidamente esclarecidos. Como deputado municipal e como cidadão não abdicarei do meu direito a ser informado dos actos da administração autárquica. Quem não deve, não teme!

Maia, 4 de Fevereiro de 2009

Luis Areal Rothes

Presidente do Grupo Municipal do Partido Socialista



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Doc 13
Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Ex.mo Sr. Luciano Gomes

M. I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Luís Maria Fernandes Areal Rothes, membro do Grupo do Partido Socialista na
Assembleia Municipal da Maia

Considerando:

1. As competências que são atribuídas pela lei aos deputados municipais e que estão vertidas no Artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia;
2. As constatações que estão expressas no “Relatório complementar sobre a revisão às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2007”, apresentado ao executivo maiaense pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Esteves & Pinho, designadamente no seu ponto 7, quando:
 - a. Declara a existência de falhas quanto à revisão/análise seguros realizados pela CMM, com a periodicidade desejável e com as coberturas face aos riscos existentes.
 - b. Sublinha que tal situação pode conduzir tanto à insuficiente salvaguarda dos activos camarários como ao pagamento de prémios desnecessários, se o valor dos bens segurados for superior às coberturas previstas ou as apólices preverem riscos inexistentes ou desnecessários.
 - c. Lamenta que, apesar de solicitada, não tenha sido obtida “uma listagem pormenorizada que evidencie as coberturas de seguros existentes no Município e nos SMEAS com o seu património (p.e.

identificação dos bens por local de risco; valor desses bens; apólice; capital seguro; prémio pago; período coberto; etc.)".

Vem por este meio, através da Mesa da Assembleia Municipal da Maia, solicitar ao Ex.mo Presidente da Câmara Municipal da Maia as seguintes informações:

1. A listagem pormenorizada que evidencie as coberturas de seguros existentes no Município e nos SMEAS com o seu património (esclarecendo designadamente a identificação dos bens por local de risco; valor desses bens; apólice; capital seguro; prémio pago; período coberto).
2. A elucidação de empresas e de mediadores de seguros envolvidos nestes contratos.

Certo da atenção de V. Ex.ª, subscrevo-me atenciosamente

Assembleia Municipal da Maia, 4 de Fevereiro de 2009

Luis Rothes
Presidente do Grupo Municipal do Partido Socialista



Excelentíssimos Senhores:

Presidente da Assembleia Municipal,

Secretários da Mesa,

Vice-presidente da Câmara,

Vereadores,

Deputados Municipais,

Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira,

Executivo e Membros da Assembleia de Freguesia de Nogueira,

Estimado Público, de forma especial os Nogueirenses,

Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

É já a terceira vez que vos venho falar do Relatório Anual da Actividade da Comissão das Crianças e Jovens em Risco da Maia.

Mas este Ano ao contrário dos outros, não vos vou maçar com um elenco numérico e meramente estatístico. Até porque os números tornam-se maçadores e como estamos a falar de pessoas pretendo ser tudo, menos enfadonha!

Dado o adiantado da hora, hora em que normalmente as crianças já dormem, mas, os adultos não, peço ainda assim, que estejais despertos para o que quero aqui retratar!

1.º Caso:

Família Meireles

A Carlota tem treze anos de idade, é filha única e vive com os pais num condomínio fechado numa zona nobre da cidade do Porto e frequenta um colégio particular e apresenta um aproveitamento escolar muito bom.

A Carlota tem fugido de casa consecutivamente, contando sempre com a ajuda de amigos da escola.

A Carlota contou às amigas que é frequentemente agredida pelo pai com tubos de plástico, cintos e correntes; disse, ainda, que o pai a insulta frequentemente com nomes injuriosos. Referiu, também, que a mãe tem conhecimento da situação mas nada

faz para a defender e proteger do pai.



2.º Caso

Familia Fonseca

O Francisco nasceu de cesariana, foi um prematuro de 32 semanas, com síndrome de abstinência, cuja gravidez não foi desejada, nem cuidada nem medicamente vigiada.

A mãe do Francisco, antes do parto, manifestou a intenção de dar o bebé para adopção.

Após o nascimento do bebé, a mãe manifestou o desejo de ficar com o seu filho.

Durante, esta manifestou competências maternas, sobretudo a nível dos cuidados básicos funcionais (banho, vestuário, alimentação), em relação às suas competências a nível dos cuidados e investimento afectivo foram muito pobres. Parecia não saber o que havia de fazer, limitando-se a olhar atentamente para o Francisco.

Os avós do Francisco foram visitas constantes deste e da sua mãe durante a permanência destes na maternidade, levando-lhes roupas e alguns brinquedos para o bebé

Estes exemplos, de maus-tratos infantis retratados com estes exemplos são comuns e transversais a todas as raças, classes económicas e sociais.

Todos os adultos, familiares, amigos, cidadãos tem o dever de proteger qualquer criança que seja vítima de maus-tratos (abuso ou negligência).

Quando tomamos conhecimento destes maus tratos podemos sinaliza-los às : CPC J em Perigo; aos Serviços Regionais de Segurança Social; aos Centros de Saúde; aos Serviços de Urgência Hospitalar; à PSP e à GNR.

E os políticos?

Estes, pela função que exercem são obrigados a sensibilizar a sociedade para estas problemáticas.

São diversos, e por todos nós conhecidos os factores que podem contribuir para estes desequilíbrios e maus-tratos, a saber:

- Baixa auto-estima do agressor;
- Depressão;
- O agressor ter sido abusado na infância;
- Vida isolada;
- Toxicod dependência



- Alcoolismo;
- Problemas conjugais e familiares;
- Instabilidade Emocional
- Ambiente familiar conflituoso;
- Dificuldades de comunicação
- Desenraizamento cultural;
- Más condições de habitação com ausência de privacidade;
- E por último, mas não menos importante as dificuldades económicas.

Hoje de manhã participei de mais uma reunião da Comissão Alargada onde se fez um exaustivo relatório de toda a actividade desenvolvida por esta Instituição no ano de 2008. O que ressalta do Relatório?

- Em primeiro lugar, continua a ser a Câmara Municipal da Maia a única entidade a dar apoio logístico (mesmo para além do obrigatório) através da cedência de pessoal ou a tempo inteiro ou a tempo parcial nesta;
- O sucesso da iniciativa da II Mostra Social da Maia (cuja autoria aliás se deve, à participação dos deputados municipais desta bancada), mais uma vez com a ajuda monetária da Câmara .
- De registar a diminuição do Abandono Escolar (num acamada mais jovem) o que se explica também dado o sucesso do Projecto Maia Não desiste (Acção levada a cabo pela C. M. da Maia e que em , muito tem contribuído para esta diminuição)
- Continuam a ser as sinalizações de Negligência e de Abuso Emocional as sinalizações mais significativas.

Constatou-se a necessidade de mais formação e preparação dos Educadores Sociais para melhor informação do público em geral para os novos sintomas sociais, que na matéria infantil se vêm assumindo como cada vez mais acentuadas, a saber:

- Abandono Emocional (verifica - se quando as necessidades emocionais das crianças são ignoradas sendo pois privadas de afecto e suporte emocional necessário ao desenvolvimento e crescimento moral);
- Síndrome de Alienação Parental (fenómeno mais frequente após um divórcio, verifica-se quando a mães / pai manipula o seu progenitor com a intenção de predispor contra o outro progenitor);



PRIMEIRO AS PESSOAS

- Síndrome de Munchausen (doença psiquiátrica em que, o paciente deliberadamente e continuamente simula doenças para ganhar atenção e simpatia nos cuidados médicos e de enfermagem, fazendo-o também no seu progenitor – ex: mãe que provoca uma situação de febre no seu filho fazendo-o passar frio, e que o entrega repetidamente também aos cuidados de saúde).

Senhores Ilustres Deputados aqui presentes:

Foram 688 o volume global de processos trabalhados!

Tendo sido arquivados, após intervenção da CPCJ dos Jovens e Crianças em Perigo da Maia, 116 processos.

Excelentíssimos Senhores Deputados.

Todos nós somos pessoas (uns avós; outros pais; outros irmãos; outros primos, outros tios de crianças), por isso, todos nós temos a obrigação de estar despertos para estas problemáticas, e os Deputados aqui presentes não são exceção!

Nogueira, Junta de Freguesia, aos 4 de Fevereiro do ano de 2009

Joana Martins dos Santos Ascensão

Deputada Municipal e Membro da CA da CPCJ

Doc 15


INTERVENÇÃO
(Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

A Juventude Socialista teve a possibilidade de ouvir, através de uma iniciativa recentemente realizada por um seu núcleo, duas das personalidades que melhor conhecem em profundidade um drama ambiental que em muito afecta o nosso concelho. Refiro-me, claro está, ao Rio Leça.

O Rio Leça é um recurso hídrico com enormes potencialidades. Hoje em dia, exige-se aos autarcas que exerçam a sua actividade vendo nos problemas grandes desafios e oportunidades. Reconheço, evidentemente, que não há apenas um culpado no que diz respeito à poluição do Rio Leça. E reconheço também que um problema desta dimensão, tendo em conta os concelhos que afecta, exige uma intervenção intermunicipal e de coordenação complexa. Mas há um facto que pode e deve ser assinalado, que diz respeito à vontade política. Pude tristemente concluir que, no que à despoluição do Rio Leça diz respeito, a Maia não tem sido o melhor exemplo, não obstante seja sabido que muitos dos mais nefastos focos de poluição se encontram neste concelho.

A Maia cresceu, nas últimas décadas, de costas voltadas para o Rio Leça. É, aliás, juntamente com o Rio Trancão, considerado por muitos especialistas um dos exemplos mais evidentes dos efeitos caóticos que a actividade humana pode ter sobre os recursos naturais, pondo em causa a preservação do meio ambiente e até da própria biodiversidade.

Mais do que apurar responsabilidades políticas, mesmo sabendo que as há, e que muitas delas se devem, nomeadamente, a uma política de urbanismo absolutamente irresponsável, o que interessa aos cidadãos maiatos é que este problema seja resolvido. Porque este é um problema que diz respeito a todos os maiatos. Nesse sentido, o Partido Socialista apresentará como uma das suas prioridades no domínio ambiental a despoluição do Rio Leça. Mas fá-lo-á não numa perspectiva meramente retórica, mas constituindo e liderando um verdadeiro movimento político que englobe também as autarquias dos concelhos de Matosinhos, Santo Tirso e Valongo, no sentido de articular os vários programas já existentes e de otimizar a sua actuação no terreno. O Projecto Corrente Rio Leça, que agora incidirá também no concelho da Maia, é sem dúvida uma ferramenta determinante na resolução desta questão, que constitui um imperativo

de consciência. Mas sem responsáveis políticos e cidadãos verdadeiramente empenhados e mobilizados em torno deste objectivo comum, dificilmente os resultados serão positivos.

Comecei a minha intervenção por afirmar que nos problemas devem ser encontradas oportunidades. O Rio Leça é um recurso hídrico que pode ser explorado sem ser posta em causa a qualidade da sua água. É preciso levar as pessoas para junto do rio e implementar políticas criativas que promovam a fruição deste recurso e que, efectivamente, façam da Maia um concelho onde o Ambiente esteja em primeiro lugar.

João Veloso da Silva Torres

Doc. 16

Ph

ff

Exmo Senhor Luciano da Silva Gomes
Presidente da Assembleia Municipal
Da Maia

~

Ex.mo senhor:

Solicito ao abrigo do artigo 19 do regimento, sugestão/rectificação no ponto 3.4 da acta nº sete, na página cinco da minha declaração de voto, o seguinte:

Onde se reconhecia "o pioneirismo", cortar e colocar "o trabalho", e acrescentar na parte final do texto, "representado pelo Ex.mo senhor vice-presidente da Câmara.

Certo do melhor acolhimento, aproveito a oportunidade para endereçar à vossa excelência os meus respeitosos cumprimentos.

Maia, 4 de Fevereiro de 2009
O Deputado Municipal da CDU

António de Costa Pereira

Intervenção de C.P.A

Doc. 17

Constituição, gestão e exploração de um fundo especial de investimento imobiliário fechado, integralmente subscrito pelo Município, integrando o imóvel designado de Praça Maior.

As razões que nos levaram a votar contra a constituição deste fundo em 7/5/2008 mantêm-se e até se reforçam quando constatamos o que vem acontecendo a nível mundial com a crise do sistema financeiro e tudo quanto está por trás da produção completamente artificial de riqueza, que tem enriquecido alguns e depauperado milhões.

Também no nosso país, os casos BPN, onde através da Caixa Geral de Depósitos já foram injectados 1.400 milhões de euros e nem assim se "safa" e do Banco Português Privado, mostram como está podre o reino da alta finança. E já se fala de bancos públicos que serão chamados "bancos maus" que poderão comprar os "activos tóxicos" para salvar da falência alguns bancos. O que está em causa nesta Assembleia é entretanto o relatório do júri e a aprovação por ajuste directo de um grupo para a constituição, gestão e exploração do Fundo. A escolha é entre duas únicas possibilidades.

Atendendo que não está claro qual vai ser o valor do fundo, porque se apresentam valores diversos na exposição e o valor das unidades de participação correspondentes (apesar do "fundo fechado"; um participante); atendendo a que não estão identificadas as intenções específicas (finalidade ou objectivos, relações entre as entidades; prazos) para além da genérica constituição de um fundo especial imobiliário (gestão por terceiros); atendendo a que deveria ser acompanhado de um documento onde constassem especificamente os elementos que deverão existir no regulamento de gestão; atendendo a que não se identificam de um modo global os custos totais e que tratando-se de planos para o futuro, deveriam ser acautelados os processos possíveis e previsíveis de actualizações de custos variáveis, etc; ~~sendo~~ **E** que não existe uma definição clara da política de investimento e da política de distribuição de resultados, para além da probabilidade de endividamento bem como do cálculo de todas as comissões.

como tem de ser mais certezas e C.P.A nota.

VOTO CONTRA

António de Costa Pereira / Maril, 11 de Fevereiro, 2009

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA



Quanto à apreciação e aprovação da melhor proposta para Constituição, Gestão e Exploração de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, integralmente subscrito pelo município, no qual será integrando o imóvel designado "Praça Maior".

Apenas temos a dizer que os técnicos certamente procuraram fazer melhor avaliação no sentido da escolha que nos é presente!

Isto é, avaliados todos itens, a conclusão para o executivo é que a "GEF" Gestão de Fundos de Investimento, SA é a melhor proposta.

Quanto à apreciação do Bloco de Esquerda a credibilidade deste concorrente merece em nossa opinião muitas dúvidas e que só o futuro poderá esclarecer! Pois na realidade e apesar de diversas consultas são instituições muito pouco conhecidas!!! Como tal, esperamos que não estejamos numa nova versão "Grupo BPN/SLN)! De má memória para o executivo camarário no denominado "projecto Hospital do Lidador"!

Mas, o que nos preocupa efectivamente é a situação económica do país e a incerteza que os fundos imobiliários constituem na dinâmica de construção de projectos com base nestes Fundos e que tal como o da "Praça Maior" na actual conjuntura poderá ficar desde já comprometido... Estamos muito cépticos quanto à viabilidade por esta via! Perguntamos mesmo que é feito do projecto de viabilidade que nos foi proposto pela empresa espanhola?

Todos sabemos que os fundos imobiliários foram uma das causas da ruptura da estrutura económica em que assenta o desenvolvimento do sistema capitalista e que está a levar o mundo ao colapso financeiro, económico e social, causa visível do desemprego em massa que alastra de modo incessante por todo o país e pelo mundo!



Quando nos foi presente o pedido de autorização, para que o Executivo camarário consultasse o mercado, esta Assembleia Municipal, com vista a escolher a melhor sociedade gestora de um fundo de investimento imobiliário, a mesma foi de aprovação, pois nada nos move contra a constituição de fundos de investimento, se estes tiverem como fim o investimento em estruturas e desenvolvimento social das populações e naturalmente a sua integração no meio, coisa que se apresenta cada vez mais longínquo, pois a incerteza dos residentes no Bairro do Sobreiro é cada vez para nós mais preocupante. Mas exigiremos sempre ao executivo que os direitos destes Maiatos sejam assegurados!

Como já anteriormente afirmamos, quando estes fundos são criados por Autarquias como é o caso aqui presente, e tendo em conta a dimensão do projecto que lhe é subjacente, defendemos que para além dos interesses privados que lhe servem de ancora, na nossa perspectiva o aspecto de desenvolvimento social e da melhoria da qualidade de vida das pessoas e neste particular dos Maiatos, não poderá ser relegado para o esquecimento! E se o conhecimento do projecto pela nossa parte ainda é prematuro, o facto é que não podemos abrir mão da defesa dos interesses dos habitantes da zona envolvente ao referido projecto!

Temos muitas dúvidas quanto ao êxito do projecto do modo como foi apresentado pelo Gestor de Fundos em causa, por tal motivo a abstenção será um aviso de atenção ao desenvolvimento dos próximos capítulos sobre o designado projecto que como já afirmamos muito dificilmente chegará a bom porto por estes meios!

Maia 04 de Fevereiro de 2009

Silvestre Pereira

